



Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

O QUE OS JOVENS AGRICULTORES PODEM ESPERAR DO PDR2020?



Queremos ter mais Jovens a Investir na Agricultura | 4

José Albuquerque | Secretário de Estado da Agricultura

A Agricultura Pode, e Deve, Ser o Futuro | 8

Manuel Fialho Isaac | Deputado do CDS-PP

- 3** EDITORIAL
Desilusão
 Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP
- 4** DOSSIER CENTRAL
Queremos Ter Mais Jovens a Investir na Agricultura
 José Diogo Albuquerque | Secretário de Estado da Agricultura
- Xxx**
 Vasco Cunha | Deputado do PSD
- A Agricultura Pode, e Deve, Ser o Futuro**
 Manuel Fialho Isaac | Deputado do CDS-PP
- Regresso do Pensamento Único Agrícola: O Deslumbramento pelo Grande e pelo Belo**
 Miguel Freitas | Deputado do Partido Socialista
- Os Jovens de que a Agricultura Precisa**
 João Ramos | Deputado do PCP
- O PDR 2020 e os Apoios aos Jovens Agricultores**
 Pedro Soares | Bloco de Esquerda
- 14** SER JOVEM AGRICULTOR
Novos Incentivos à Instalação de Jovens Agricultores: Esperávamos Melhor!
 Firmino Cordeiro | Director-Geral da AJAP
- 18** INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO
AJAP Promove Projectos para Internacionalização dos seus Associados
- Macau mais uma vez a história está a nosso favor...**
 Paulo Ramalho | Vereador do Desenvolvimento Económico e das Relações Internacionais da Câmara Municipal da Maia e Jurista da AJAP
- 22** REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL
ADIACT Hoje...
 Alcino dos Santos Sanfins e Celso Marques Magalhães | ADIACT - Associação de Desenvolvimento Integrado de Agricultores do Alto Corgo e Tâmega
- 24** INVESTIGAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
ENTOMATIC – Sistema de Combate à Praga da Mosca-da-Azeitona
 AJAP
- 25** PUBLICIDADE
Formação Especializada Jovens Agricultores
- 26** ASSOCIATIVISMO
II Congresso Portugal Fresh em Parceria com a AJAP
AJAP Assina Protocolo com Caixa Central de Crédito Agrícola
Associado da AJAP Distinguido na 3ª Edição do Prémio Agricultura
AJAP Desenvolve Roteiro Digital
Seminário em Cuba - Novos Desafios | Novas Oportunidades – PDR2020
3ª Edição – Academia do Centro de Frutologia Compal
- 28** PUBLICIDADE
SAA - Serviço de Aconselhamento Agrícola



Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP

DESILUSÃO

Desilusão é uma palavra forte mas é o sentimento que temos relativamente ao PDR 2020 sobre tudo no que diz respeito à medida dos Jovens Agricultores.

Desde a formação, que se mantem muito aquém daquilo que entendemos que são as reais necessidades dos jovens, passando por um vazio no acompanhamento técnico aos jovens, que seguramente faria em muito aumentar a taxa de sucesso, acabando com um nível de comparticipação de ajudas muito menos apelativo que no Proder , para além do investimento mínimo ter passado para mais do dobro, o prémio a instalação fica reduzido a 26.250€ para investimentos iguais ou superiores a 140.000€ podendo ter uma majoração de 5.000€ se o jovem estiver ligado a uma AP/OP, medida esta também geradora de controvérsia, pois pode ser causadora de injustiças.

Perante tudo isto e uma vez que as expectativas eram altas e onde o discurso era o de que o PDR seria mais apetecível que o Proder, desilusão terá mesmo que ser a palavra de ordem.

Mas o que ainda nos causa maior preocupação é o facto de termos um número significativo de jovens que neste momento aguardam aprovação de projetos que foram submetidos ao abrigo das medidas de transição, onde a regra sempre foi dinheiro novo com regras velhas, e que agora veem esta verdade absoluta cair por terra, o que irá representar o fim de muitos deles.

Ricardo Brito Paes

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Director Ricardo Brito Paes

Coordenação Departamento de Comunicação

Redacção Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Olga Sereno

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apolo



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I.P.



José Diogo Albuquerque | Secretário de Estado da Agricultura

QUEREMOS TER MAIS JOVENS A INVESTIR NA AGRICULTURA

Portugal só pode estar orgulhoso da sua prestação no que diz respeito à PAC 2014-2020, nomeadamente em relação ao seu PDR 2020. Portugal conseguiu um feito único, ao obter um regime de transição que não só permitiu dar continuidade ao investimento como começar o PDR 2020 atempadamente. No início deste ano, foi publicado no site da AG PDR 2020 o plano de abertura de todas as medidas para que os agricultores que tencionem submeter projetos no PDR 2020 possam planear de forma mais eficaz a submissão dos seus projetos. A publicação deste plano é uma novidade e uma evolução face ao passado: a informação de abertura de candidaturas deixou de ser dada de forma avulsa e pontual, e passou a ter uma calendarização anual. Isto traz maior previsibilidade aos nossos agricultores, pois não terão que ficar na expectativa de abertura de medidas e poderão planear melhor os seus investimentos.

Quando desenhamos a estrutura do PDR 2020 o nosso objetivo primordial foi manter o que estava bem no PRODER e melhorar o que não estava, sempre no intuito de ter continuidade e não fazer mudanças radicais, mas sim mudanças que facilitassem a vida aos nossos agricultores, nunca descurando do que são as regras impostas pela Comissão Europeia.

Em termos de estrutura o PDR 2020, possui todas as ferramentas para direcionar a nossa agricultura no aumento da produção, no estímulo à concentração da oferta e na sustentabilidade e coesão do território. O PDR 2020 vai apoiar o investimento nas explorações agrícolas e empresas agroindustriais, os jovens agricultores, o aumento da concentração da oferta e contribuir para uma maior adesão aos seguros agrícolas proporcionando

um acréscimo de valor e de qualidade da produção. Este programa aposta também na investigação e inovação através de Grupos Operacionais e Projetos Inovadores. É um programa que reflete preocupações ambientais através de medidas agroambientais, agora reforçadas e mais orientadas para os agricultores, que mantém o apoio às regiões desfavorecidas e que reorienta o Leader para a agricultura, passando este a ser financiado em complementaridade com os restantes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

É de destacar que os jovens agricultores continuam a ser uma prioridade, primeiro porque temos um sector agrícola envelhecido que precisa urgentemente de ser rejuvenescido e em segundo porque os jovens trazem inovação, modernidade e criatividade, características imprescindíveis para o sucesso e crescimento deste sector. Queremos ter mais investimento realizado por jovens agricultores, mas também

que esse investimento seja feito com uma base de sustentabilidade sólida, com a preocupação de integrar mais jovens agricultores nas organizações de produtores e proporcionar uma maior transferência de conhecimento.

Quando este artigo for publicado já teremos a medida do apoio aos Jovens Agricultores aberta (Ação 3.1 – Jovens Agricultores). Referindo-me às modificações face ao PRODER, existe um conjunto de alterações que decorrem da regulamentação comunitária relativa ao desenvolvimento rural, como por exemplo a relação com a definição de agricultor ativo no âmbito do 1º Pilar, o alargamento da idade elegível do Jovem Agricultor até ao final do seu 40º ano de idade, a limitação do apoio às micro e pequenas empresas e a demonstração rigorosa de que o

... o nosso objetivo primordial foi manter o que estava bem no PRODER e melhorar o que não estava, ... mudanças que facilitassem a vida aos nossos agricultores, nunca descurando do que são as regras impostas pela Comissão Europeia.

controlo das pessoas coletivas é efetivamente exercido por jovens agricultores.

Houve também um conjunto de alterações que decorreram da negociação com a Comissão Europeia, como a forma de atribuição do prémio e a ligação ao investimento, que passam a ser diferentes dos moldes atuais, sendo que o plano empresarial deve refletir um potencial de produção da exploração agrícola, expresso em valor da produção padrão.

Finalmente, há alterações relevantes que refletem as opções decorrentes das atuais linhas de política nacional definidas para o sector, tendo em conta que o PDR 2020 constitui o principal instrumento de apoio à sua implementação. Neste contexto, os principais aspetos que são introduzidos na definição desta Ação, relacionam-se com a necessidade de aumentar a atratividade do sector para os jovens empreendedores, nomeadamente, promovendo o investimento, a organização da produção e a transferência de conhecimento.

Mais investimento realizado por Jovens Agricultores

Os Jovens Agricultores que se instalem pela primeira vez e recorram à Ação 3.1 Jovens Agricultores, são fortemente encorajados a realizar investimentos na exploração agrícola de que vão ser os responsáveis. A realização de investimentos constitui assim uma condição de acesso, pois o plano empresarial a apresentar no ato da candidatura deve integrar investimentos num montante situado entre 55.000€ e 3M€ e refletir um potencial de produção da exploração agrícola, expresso em valor da produção padrão situado entre os 8.000€/ano e os 1.500.000€/ano. Além desta obrigatoriedade, estão previstos estímulos ao investimento, através de acréscimos ao montante do prémio base consoante a dimensão do investimento que, no caso de Jovens Agricultores individuais, vão de 25% para investimentos a partir de 80.000€ até 75% para investimentos a partir de 140.000€. O investimento a constar do plano empresarial não tem necessariamente de ter apoio da Ação 3.2. - é obrigatoriamente Investimento na Exploração Agrícola.

Caso o Jovem Agricultor decida recorrer à Ação 3.2 – Investimento na Exploração Agrícola para obter apoios à realização desses investimentos, a sua candidatura terá, também nesta Ação, um tratamento preferencial através de: majoração de 10% ao nível de ajuda, taxa de ajuda mais favorável no caso dos tratores e outras máquinas motorizadas matriculadas e ao nível dos critérios para a seleção entre os projetos candidatos.

Mais Jovens Agricultores na organização da produção

A falta de capacidade negocial da produção agrícola, menos concentrada que outros níveis a jusante da cadeia de valor é um dos principais problemas estruturais do sector, difi-

cultando a criação de valor, em particular para quem está a entrar de novo no mercado, como no caso de jovens em primeira instalação.

Neste âmbito, para reforçar a sustentabilidade do investimento efetuado na exploração, considera-se que a integração dos Jovens Agricultores nos Agrupamentos e Organizações de Produtores merece ser particularmente incentivada. Assim, o Jovem Agricultor pode assumir o compromisso, com caráter opcional, de se tornar membro de Associação de Produtores ou Organização de Produtores até 12 meses após a sua instalação como Jovem Agricultor, pelo menos até ao final da execução do Plano Empresarial. Este compromisso expressa-se em termos práticos num acréscimo de 5.000€ ao prémio à primeira instalação e será tido em consideração na definição dos critérios para a seleção entre os projetos candidatos.

Transferência de conhecimento

Tendo em vista assegurar todas as condições para que a primeira instalação do Jovem Agricultor se venha a realizar de uma forma sustentada e tenha êxito, será também dada particular importância à formação, proporcionando um conjunto de instrumentos para que o jovem agricultor a ela possa aceder. Neste particular assume especial relevância a formação ação específica, ou o recurso ao aconselhamento agrícola, para reforçar a capacitação do jovem, designadamente as condições em que é executado o plano empresarial, e conseqüentemente são implementados os investimentos associados à instalação.

Para terminar realço mais uma vez que o importante é ter a abordagem certa. E essa abordagem passa por ações de produção em conjunto com estratégias comuns com ganhos de eficiência e uma clara orientação para o mercado e uma boa rede de segurança e proteção contra as alterações climáticas, isto é, uma boa apólice de seguros, cujo apoio também se encontra previsto no PDR 2020.





Vasco Cunha | Deputado do PSD

PRINCIPAIS REPERCUSSÕES EXPECTÁVEIS PARA O SECTOR AGRÍCOLA E PECUÁRIO. COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO MUNDO RURAL, RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVÓ QUADRO DE PROGRAMAÇÃO.

As Nações Unidas estimam o crescimento da população mundial em um milhão nos próximos 12 anos, alcançando cerca de 9,6 mil milhões em 2050. Estas projeções implicarão, como muitos já salientaram, um aumento da produção alimentar e uma pressão crescente nos recursos naturais, humanos e tecnológicos.

Aumentar a produção de alimentos, de modo sustentável, perante uma população muito mais informada e atenta aos efeitos conexos que as técnicas agrícolas utilizam, não será tarefa fácil. Por outro lado, as Nações Unidas estimam igualmente que em 2050 mais de 70% da população mundial habite em zonas urbanas, acentuando-se a tendência de desertificação das áreas interiores associadas ao mundo rural.

Estaremos, assim, perante uma encruzilhada. Por um lado, a obrigatoriedade de aumentar a produção agrícola para fazer face ao crescimento da população mundial cada vez mais afastada do mundo rural, por outro, um acréscimo na limitação da utilização de recursos naturais e técnicos.

A par deste desafio há, felizmente, um crescimento da consciência ecológica que opta por meios de produção mais sustentáveis, reduzindo a pegada de carbono. Nos dias de hoje não são mais admissíveis produções sem modelos integrados, com aproveitamentos dos resíduos, integrando-os nos principais ciclos dos fatores de produção, reutilizando-os.

O sector agrícola terá de demonstrar, ainda mais, a sua capacidade tecnológica em aumentar a eficiência na utilização

dos principais recursos, encontrando meios que maximizem a utilização e preservação dos recursos naturais solo, água, ar, biodiversidade e paisagem, potencialmente ameaçados pelas alterações climáticas, conciliando o desenvolvimento da economia do sector de modo a responder às necessidades crescentes em termos de consumo.

A meu ver nunca é demais lembrar o papel que a agricultura e a floresta têm na preservação do ambiente. As suas externalidades positivas são incontornáveis. A interdependência na proteção e gestão dos recursos naturais, em que tanto a atividade agricultura como a silvicultura têm revelado comprovam a melhoria do seu desempenho ambiental.

É fundamental continuar a promover a sustentabilidade ambiental dos sistemas agrícolas e florestais por forma a garantir a produção de um conjunto de bens e serviços públicos, contribuindo para

a prossecução dos objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade. Procurando, simultaneamente, reduzir os riscos da desertificação dos solos e território, e mantendo a produção de alimentos cada vez mais eficiente.

Ao longo das últimas décadas viu-se um acentuar da concentração das populações no litoral do nosso país, abandonado o interior, com risco de desertificação. Considero que em Portugal este fenómeno é combatido principalmente pela agricultura e pela florestal. Assim, é fácil perceber que os investimentos neste sector são multi-vantajosos: são sustentáveis em termos ambientais, sociais e económicos.

“
Aumentar a produção de alimentos, de modo sustentável, perante uma população muito mais informada e atenta aos efeitos conexos que as técnicas agrícolas utilizam, não será tarefa fácil.
”

O novo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) constitui, assim, uma importante oportunidade para a sociedade como um todo, de modo a reduzir as assimetrias litoral-interior, primordialmente pela recuperação económica do interior.

As condições estruturais do tecido empresarial português, como é a fragmentação das parcelas, a par da dificuldade no escoamento dos produtos agrícolas, associado ao baixo rendimento da atividade agrícola, que em média só representa 40% do total das remunerações de todas as atividades, conduzem a uma dificuldade acrescida na manutenção da atividade agrícola em certas zonas consideradas desfavorecidas sem viabilidade económica.

Mas, de acordo com muitos autores o conceito de abandono não é um processo definitivo, assumindo um caráter temporário que através de incentivos pode facilmente ser contrariado. Ora, é pois essencial a existência de políticas que contrariem o abandono. É essencial que os apoios comunitários sejam aliados a medidas nacionais complementando-se nos seus efeitos.

O Governo, consciente desta premissa de que nada é eterno, tem atuado de forma enérgica, proativa, renegando o *inevitável*, contrariando a degradação dos solos agrícolas, através de instrumentos de política nacionais ou comunitários.

Nos últimos anos houve uma nova visão política para a «agricultura». Foi-lhe dado uma visibilidade política arrastando consigo os casos de sucesso nacionais e internacionais, em detrimento da agricultura de subsistência. Foi criada uma base de apoio ao investimento no mundo rural.

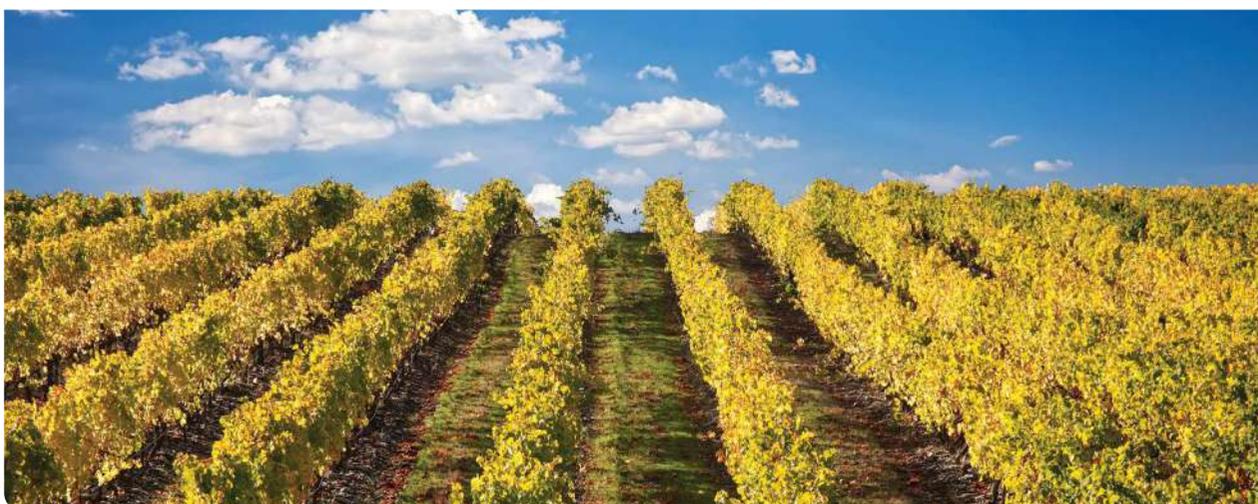
Na definição do novo quadro comunitário, que garante o apoio financeiro ao investimento agro-florestal, foram fixados

critérios políticos, como são as majorações para candidaturas cujos promotores estejam associados em organizações de produtores ou tenham efetuado um seguro agrícola.

No Parlamento, através de reformas de cariz estrutural, criaram-se dois instrumentos de combate à desertificação e ao abandono das terras agrícolas. Destaco a criação da bolsa de terras e a alteração à lei dos baldios: i) a Bolsa de terras, assente nos princípios da universalidade e voluntariedade, tem como objetivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras, criando um melhor aproveitamento do recurso solo; ii) a nova lei dos baldios alargou o conceito de comparte para todos os que habitam ou trabalham nas comunidades locais, promovendo a utilização mais sustentável do espaço para o conjunto de toda a comunidade e não apenas para alguns.

Ainda no PDR 2020 foram ripristinadas algumas medidas agro-ambientais que podem funcionar como majorações ao investimento em zonas depressivas. Saliento, no ano internacional dos solos, a medida 7.4 – conservação do solo, cujo objetivo é obter benefícios ambientais diretos, através da adoção de práticas benéficas para a sua conservação, reduzindo fenómenos de erosão, melhorando a sua estrutura.

Na minha perspetiva as repercussões da aplicação do PDR 2020 para o sector agrícola e pecuário serão melhores do que os resultados do passado. A existência de novos instrumentos de gestão da terra agrícola poderá potenciar o objetivo de cada ação do programa comunitário. Foram criadas as condições para um continuado crescimento sustentável do sector agrícola, cumprindo a sua função primordial de alimentar a população mundial.





Manuel Fialho Isaac | Deputado do CDS-PP

A AGRICULTURA PODE, E DEVE, SER O FUTURO

Em dezembro de 2014, Portugal viu o seu Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 (PDR 2020) formalmente aprovado pela Comissão Europeia. Foi um dos primeiros programas a ser enviado para aprovação e um dos dez primeiros programas a ser aprovado, num total de 118, o que vai permitir a continuidade do trabalho que o atual Governo tem vindo a desenvolver nas áreas da legislação e da operacionalização da abertura das medidas de apoio.

O desenvolvimento rural é o segundo pilar da Política Agrícola Comum. Em termos de estrutura, o PDR 2020 contempla todas as ferramentas para direcionar a agricultura portuguesa no sentido do aumento da produção, do estímulo à concentração da oferta e da sustentabilidade e coesão do território. Mais, o PDR 2020 vai apoiar o investimento nas explorações agrícolas e empresas agroindustriais e os jovens agricultores, vai proporcionar um acréscimo de valor e de qualidade da produção, vai aumentar a concentração de oferta e vai contribuir para uma maior adesão aos seguros agrícolas.

Refira-se também que o PDR 2020 representa uma aposta na investigação e inovação através de Grupos Operacionais e Projetos Inovadores. Reflete preocupações ambientais através de medidas agroambientais, agora reforçadas e mais orientadas para os agricultores, mantém o apoio às regiões desfavorecidas e reorienta o programa Leader para a agricultura, passando este a ser financiado em complementaridade com os restantes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Para tudo isto, o PDR 2020 vai ter à disposição cerca de 4,2

mil milhões de euros, para o período de sete anos de 2014-2020, sendo mais de um terço para melhorar a competitividade do setor agrícola. O objetivo é garantir investimentos a mais de 8.000 explorações agrícolas, facilitar a instalação de cerca de 5.000 jovens agricultores até 2023 e assegurar 20.000 lugares de formação, destinados principalmente aos agricultores. Nos próximos anos, haverá igualmente lugar para projetos de cooperação, com o incentivo para que mais de 8.000 produtores participem em regimes de qualidade.

“
... o PDR 2020 vai apoiar o investimento nas explorações agrícolas e empresas agroindustriais e os jovens agricultores, vai proporcionar um acréscimo de valor e de qualidade da produção, vai aumentar a concentração de oferta e vai contribuir para uma maior adesão aos seguros agrícolas.
 ”

Outro tema importante, enquadrado no PDR 2020, é o da melhor gestão dos recursos naturais. O PDR tem como objetivo o apoio a cerca de 20.000 novos hectares de terras florestadas e aumentar para cerca de 1 milhão de hectares a superfície agrícola abrangida por regimes agroambientais ou pela agricultura biológica. Além disto, 5% dos fundos deverão ser utilizados em iniciativas locais, pretendendo-se assim criar mais de 2.300 novos empregos e melhorar as condições de vida de cerca de 3/4 da população rural.

Portugal tem uma área de 89.089 km², dos quais 81% se encontram em zona rural. Da superfície total, 47% são constituídos por terrenos agrícolas e 39% por floresta. Do total da população nacional – cerca de 10 milhões – 33% vive em zonas rurais.

A agricultura portuguesa, por seu turno, é muito variada devido às diferentes características pedológicas, climáticas e paisagísticas do território. Cerca de 91% das explorações agrícolas são consideradas de pequena dimensão, em con-

traste com as explorações de média e grande dimensão que representam 9% do número total das explorações, mas equivalem a 67% da superfície agrícola utilizada e a 77% do valor da produção-padrão total.

Por tudo isto, entre os principais desafios para o período do PDR 2020, incluem-se a melhoria da competitividade das pequenas explorações agrícolas, a promoção de uma melhor cooperação, o incentivo à concentração das organizações de produtores, e, muitíssimo importante, a continuação do apoio à renovação das gerações de agricultores e produtores. Trata-se de um fator determinante para a modernização e a competitividade das explorações agrícolas, e o apoio ao investimento continuará, certamente, a incentivar os jovens a criarem novas empresas agrícolas, modernas e competitivas.

Mas o grande desafio para os jovens agricultores é a mudança de mentalidades. E é preciso ver os bons exemplos, para que

os jovens agricultores compreendam que é fácil produzir, mas é difícil encontrar mercados para os seus produtos, se tal não for feito em associação, ou parcerias.

Veja-se o exemplo dos produtores de Pera Rocha que, unindo-se e organizando-se, conseguiram a venda dos seus produtos à cadeia alemã LIDL, mediante um acordo de exportação de mais de 500 toneladas de fruta por mês, o que já permitiu o escoamento de 1.500 toneladas, representando mais de 12 milhões de euros.

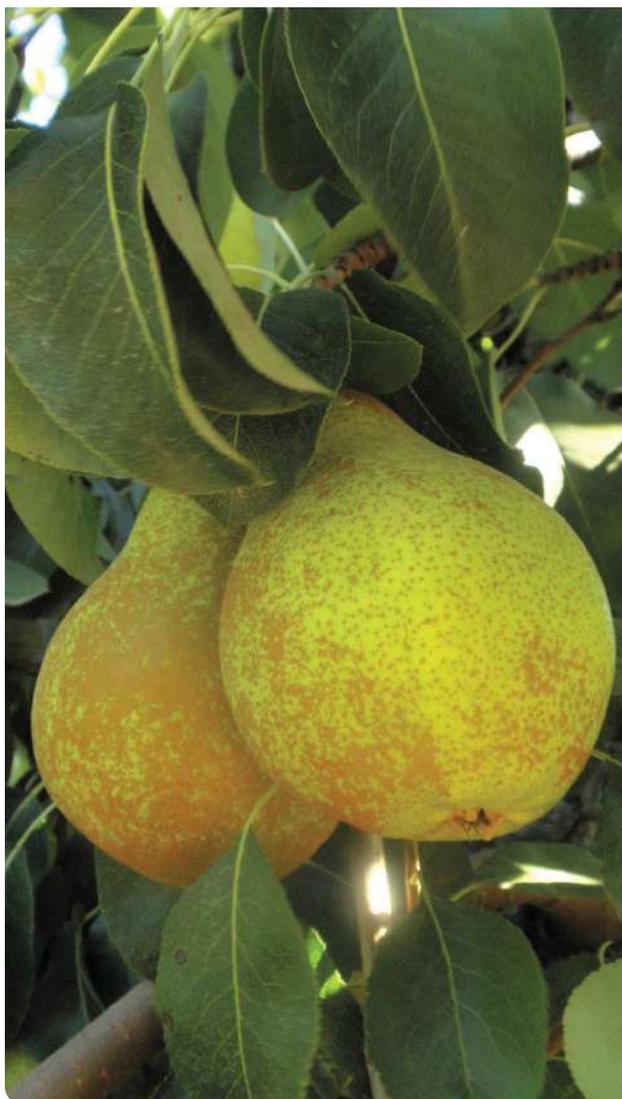
Num país onde o envelhecimento dos agricultores é uma realidade, à imagem do resto da população, e o desemprego tem descido acentuadamente na última década, há aqui um grande espaço e um desafio que se abre e se coloca aos jovens para a aposta na agricultura. Sendo que o setor agroalimentar é, também ele, um grande desafio na área da investigação, para que a transformação dos nossos produtos agrícolas tenha outras vertentes de comercialização, como por exemplo, sumos e néctares, fruta desidratada, fruta seca, ainda com um grande campo de possível exploração.

Num mundo em que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) prevê que, até 2050, a produção agrícola mundial deve aumentar 70% para alimentar a população do planeta que, nessa altura, atingirá os 9,1 mil milhões, isto quer dizer que o futuro da agricultura e dos agricultores estará assegurado. Mesmo com as previsões de escassez de água, bem essencial para a produção agrícola, e cujo preço terá de ter em conta as suas implicações diretas no desenvolvimento desta área.

Aliás, um dos principais objetivos do PDR é contribuir ainda mais para a preservação dos recursos naturais e das paisagens culturais, nomeadamente através de medidas para aumentar a eficiência na utilização da água nas explorações agrícolas, tanto em termos de investimento como das práticas agrícolas.

Espero, com as novas regras deste PDR, que este seja um desafio para que mais jovens possam ingressar na agricultura, e fazer dela o seu futuro e, com isso, melhorar o futuro do país, para sermos não só autossuficientes, mas também grandes exportadores agrícolas.

Acredito que o país que apostar na produção de bens de consumo essenciais, contrariamente a um outro que aposte apenas num universo financeiro, terá uma economia mais robusta e mais coesa, no futuro, e não estará dependente de políticas de sucessivo endividamento.





Miguel Freitas | Deputado do Partido Socialista

REGRESSO DO PENSAMENTO ÚNICO AGRÍCOLA: O DESLUMBRAMENTO PELO GRANDE E PELO BELO

A questão agrícola deve ser assumida no quadro da sua enorme diversidade, valorizando-se o dinamismo crescente de um setor exportador cada vez melhor preparado, mas não omitindo, no discurso e na ação política, a necessidade de garantir o desenvolvimento rural em territórios difíceis e em sistemas agrários menos remuneradores, com dimensão económica cuja viabilidade necessita de políticas públicas de sustentação e de reconversão.

Ponho acento tónico nesta nota: a agricultura portuguesa não pode priorizar, no quadro das suas opções, apenas aqueles que são capazes de investir e de ir para o mercado, particularmente para o exportador, com ajudas diretas que são essencialmente mecanismos de capitalização e apoios ao investimento majorados devido à dimensão, deixando aos demais apoios sociais apenas com o objetivo da manutenção para evitar o abandono.

Devem, antes, diferenciar positivamente os sistemas que necessitam de gerar mais valor acrescentado, através de pequenos investimentos e tecnologias adaptadas, apoiando processos de desenvolvimento das produções de pequena e média escala, com mais investigação e inovação, para tornar a atividade mais remuneradora. E estimular formas de organização flexíveis e amadurecidas em dinâmicas locais sentidas e não impostas. Isso é possível. Desde que não tenhamos “o deslumbramento pelo grande e pelo belo” e um sentido único para as políticas. Não há, aqui, nenhum regresso ao passado. Há a ideia de um futuro em que todos possam fazer parte.

Vem tudo isto a respeito do novo PDR2020 e o “pensamento agrícola” que está por detrás da conceção das medidas de apoio à agricultura e à floresta, já que o conceito de “desenvolvimento rural” desaparece totalmente deste quadro.

Diga-se que o grande objetivo é acelerar a mudança e aprofundar o processo de ajustamento estrutural agrícola, ori-

entando as ajudas para os ganhos de dimensão e para a concentração. Nada que não se possa descobrir já com os números recentes do INE: o emprego agrícola desce para mínimos históricos, tendo desaparecido 74.000 postos de trabalho. E sabendo-se que, em três anos, abandonaram as ajudas diretas mais de 15.000 agricultores.

Ora é neste cenário que ganha maior propriedade saber o que está a ser preparado em termos de apoio à instalação de jovens agricultores. No PRODER instalaram-se 9.000 jovens agricultores, um em cada

quatro projetos. Este dinamismo deve manter-se, com algumas correções, nomeadamente para que novos projetos venham para ficar.

Mas, de forma surpreendente, não é essa a opção do Governo. Afinal o discurso dos jovens na agricultura parece ter sido sol de pouca dura. No programa PDR2020, este sim, da exclusiva responsabilidade deste Governo, está prevista uma redução drástica do prémio máximo a atribuir, para um valor de investimento muito superior ao anterior. Além disso, há uma majoração para jovens associados a Organizações de

“
Diga-se que o grande objetivo
é acelerar a mudança
e aprofundar o processo
de ajustamento estrutural
agrícola, orientando as ajudas
para os ganhos de dimensão
e para a concentração.”

Produtores (OP). Significa que jovens agricultores aderentes a outro tipo de organização da produção agrícola não terão a bonificação de 5.000 euros.

Conclusão: os jovens agricultores serão as primeiras vítimas do PDR2020, particularmente aqueles que meteram o projeto no regime de transição convencidos de que iriam ter apoios com regras do PRODER e vão entrar já no novo programa.

Há vários erros nestas decisões. Desde logo, confundir organização com concentração. Todos queremos um setor mais organizado. Não apenas para a comercialização, mas também no apoio à produção. Defendemos há muitos anos, aliás, um “regime tutorial” para os jovens agricultores. Era, pois, interessante uma majoração a jovens que se instalassem com o conforto de uma organização, qualquer que seja o seu carácter. Esta via única por OP vai prejudicar o setor cooperativo e as associações de agricultores já existentes e criar ainda maiores disparidades entre jovens que se querem instalar em zonas desenvolvidas e em zonas desfavorecidas.

Para cúmulo, o Governo duplica em praticamente todos os setores o valor da produção comercializada (VPC) relativamente ao que vinha do regime nacional de reconhecimento destas organizações. São precisos 250 vitivinicultores, com uma área média de 5ha para fazer uma nova OP (6 M€). Duplica o valor do número de carcaças de bovinos (750 para no mínimo 1.500), passando de 1,5 M€ para 3 M€ de VPC. E poderíamos continuar a dar exemplos. Portanto, critérios desadequados da realidade da maior parte dos nossos territórios rurais que vão, certamente, inibir a criação de novas OP's e condicionar a inovação agrícola.

Mas não é apenas nestas duas medidas que o Governo mostra ao que vem. Também nas agroambientais criou medidas que beneficiam os associados em OP's e, pasme-se, em atividades com forte adesão de jovens agricultores, como a apicultura, cria barreiras que impossibilitam novas adesões. Ao impor que a ajuda agroambiental à apicultura depende da exploração no mínimo de 2 hectares, inviabiliza por completo a adesão da grande maioria dos apicultores. Isto é, um pequeno apicultor com 50 colónias de abelhas para aceder à ajuda teria de explorar 100 hectares. Torna inviável a exploração apícola na maior parte das regiões. O que é um duro golpe para a diversificação de atividades em meio rural.

Aqui está uma outra questão que este PDR2020 trata mal ou deixa mesmo de tratar. Não acolheu a figura de jovem rural, propiciando a possibilidade de investimentos multifuncionais numa única candidatura que viabilize a exploração. E não abriu a possibilidade, em articulação com os fundos de desenvolvimento regional, de apoiar jovens produtores que

desenvolvam outras atividades que não agrícolas, proporcionando um prémio de instalação/fixação desses jovens em meio rural. Não acolheu a ideia da AJAP, como tenta que ela não exista. Reafirmo a minha convicção nesta política para revitalizar muitos dos nossos territórios de interior.

Esta falta de articulação de fundos é bem patente nas dificuldades encontradas pelos Grupos de Ação Local em negociar o futuro programa de diversificação de atividades, sem a cobertura explícita e empenhada do Ministério da Agricultura. Fez bem o Governo em alargar os apoios rurais aos fundos regionais. Faz mal o Ministério da Agricultura deixar a liderança deste processo para outrem.

As medidas ainda não estão fixadas. Mas o pensamento único é a marca que fica. Concentrar, promover um modelo único de organização de produtores e priorizar a grande escala, em prejuízo de uma agricultura organizada, mas diversificada e desconcentrada, que se pode assumir como motor do desenvolvimento regional, nomeadamente do interior e zonas mais desfavorecidas.





João Ramos | Deputado do PCP

OS JOVENS DE QUE A AGRICULTURA PRECISA

Não temos dúvidas que o futuro de Portugal não pode passar ao lado da agricultura. O país não terá futuro se não tiver agricultura. Os níveis de envelhecimento da população agrícola são dramáticos e por isso são necessários mecanismos, nomeadamente políticas e incentivos à fixação de jovens na agricultura.

O ambiente em torno da necessidade de rejuvenescer o setor agrícola e de procura por parte dos jovens de um futuro na agricultura tem sido alvo de aproveitamento político por parte do Governo. Fala-se do sucesso da agricultura porque aumenta o número de candidaturas para instalação de jovens agricultores sem nunca referir o êxito dos instalados, nomeadamente dando a conhecer os promotores que se mantêm após os primeiros cinco anos obrigatórios. Como também nada se tem feito para dar resposta ao défice de acompanhamento aos novos agricultores por parte dos serviços do ministério, que a AJAP tem exigido. A falta de acompanhamento e de estruturas públicas de apoio à agricultura deixa os agricultores nas mãos de quem lhes vende os produtos. Se os agricultores têm o apoio técnico apenas da entidade que lhe vende os pesticidas, ficará dependente desta e sem qualquer mecanismo de contraditório, tanto técnico como laboratorial. Tal como não se tem promovido suficientemente o aumento do rigor na avaliação dos projetos.

Neste contexto é inadmissível que o Governo se desresponsabilize totalmente dos problemas dos agricultores como aconteceu quando foi questionado sobre o problema da

baixa do preço pago pelos mirtilos. O Governo responde que a dinâmica de investimento “decorre da exclusiva vontade e orientação produtiva dos proponentes dos projetos de investimento”. Não nos parece adequada a resposta, em primeiro lugar porque o investimento é feito parcialmente com dinheiro público e isso deveria fazer com que houvesse critérios de orientação para a autossuficiência e soberania alimentar e de viabilidade económica da exploração a apoiar.

Por outro lado, podemos dizer que o discurso do sucesso da agricultura, nomeadamente o sucesso nos pequenos frutos, não deixa de ser um estímulo emanado a partir do Governo. Neste caso será um estímulo para o insucesso.

A ministra tem, aliás, uma agenda mediática que a coloca sempre a visitar grandes explorações e projetos de agronegócio, com cujos representantes e defensores desfila pelos órgãos de comunicação social.

É fundamental atrair jovens para a agricultura, mas não lhes negando a realidade.

Muitos chegam hoje à agricultura com uma visão demasiado romântica de uma atividade económica que tem o seu grau de exigência, física e anímica e de enquadramento e conhecimento.

O problema mais sério da atividade agrícola é o da rentabilidade. A agricultura enquanto atividade económica tem de produzir proveitos. Hoje em dia o rendimento é bastante reduzido ou até inexistente ao ser comprimido, tanto pelos fatores de produção, onde os preços dos combustíveis ou da eletricidade são dos mais elevados da Europa, como pelo preço de venda da produção. Neste momento duas áreas

“ É fundamental atrair jovens para a agricultura, mas não lhes negando a realidade. Muitos chegam hoje à agricultura com uma visão demasiado romântica de uma atividade económica que tem o seu grau de exigência, física e anímica e de enquadramento e conhecimento. ”



dão exemplo do dramático desta situação. No leite, a aproximação do fim das quotas, já levou a que alguns países na Europa aumentassem a sua produção. Os preços pagos ao produtor poderão variar entre os 30 e os 37 cêntimos por quilo. O preço mínimo de viabilidade das explorações será 40 cêntimos e por isso, estão a trabalhar abaixo do preço de viabilidade. O ministério diz que a solução passa pela transformação, como se fosse viável passar a transformar todo o leite que o país produz - e é autossuficiente - em manteiga, queijo ou iogurte. Acresce como problema, nas bacias leiteiras, a imposição do *greening* em explorações cuja produção própria de silagem para alimentação animal é ainda o garante da viabilidade da exploração.

Outro exemplo do drama dos preços é o caso da batata, paga na última colheita a 5 cêntimos por quilo, quando o preço mínimo de viabilidade será 15 cêntimos e as grandes superfícies a chegaram a vender ao consumidor a cerca de um euro. Por essa razão muitos agricultores nem tiraram a produção da terra. Isto quando o país, em 2013, importou 55% da batata consumida. Depois deste drama, no final de 2014, o Governo autorizou a importação de batata do Líbano. Foi precisamente nesta área, que ainda no princípio do mês de fevereiro, em Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PCP, no distrito de Aveiro, ouvia um jovem produtor de batata no concelho de Oliveira do Bairro, dizer que estava a pensar transferir a sua produção para a Venezuela se não houvesse uma alteração rápida da situação.

Estes são problemas efetivos, que a agricultura atravessa. Tememos que o novo PDR não traga soluções para os mesmos. No novo ciclo de apoios à agricultura, continua a haver

ajudas desligadas, isto é, continua o pagar sem obrigatoriedade de produzir; os agricultores portugueses continuam a receber por hectare abaixo dos países do norte da Europa; as medidas do PDR e o Governo apontam para a organização e a concentração como forma de resolução dos problemas dos agricultores ignorando que um dos setores mais organizado do país e da Europa - o setor leiteiro - está a ser completamente exterminado. Existem, contudo, alterações neste novo PDR com implicações diretas nos jovens agricultores, como o aumento do valor do investimento próprio através da diminuição da comparticipação em explorações mais pequenas e o aumento do investimento mínimo para atribuição do prémio, cujo valor quase duplica. Ficam assim limitados os jovens agricultores que podem aceder aos apoios.

As ajudas comunitárias são fundamentais para permitir igualdade de condições de produção em países com características distintas. E deveriam ser utilizados de forma a promover a soberania alimentar e a autossuficiência do país. Portugal continua a importar, relativamente ao seu consumo, cerca de 50% da carne de bovino, 35% da carne de suíno, 88% dos cereais e de entre estes 96% do trigo, 55% da batata, 30% das frutas, 93% do feijão seco e 90% do grão-de-bico. O país tem boas condições edafoclimáticas e solos de boa qualidade. Tem jovens desempregados e muitos e tem um tecido agrícola envelhecido. O recenseamento agrícola de 2009 é muito claro: para 6.800 produtores agrícolas com menos de 35 anos existiam 141.900 com 65 ou mais anos. Estas são razões mais que suficientes para justificarem, o surgimento e instalação de jovens e de novos agricultores. Assim as regras e as opções políticas sejam tomadas nesse sentido.



Pedro Soares | Bloco de Esquerda

O PDR 2020 E OS APOIOS AOS JOVENS AGRICULTORES

Os resultados dos trabalhos estatísticos mais recentes desmentem que esteja a ocorrer no país uma espécie de “regresso à terra”, que seria o resultado de uma melhoria das condições da nossa agricultura para proporcionar alternativas sobretudo aos mais jovens. Enquanto os outros setores tendiam a desabar perante o recuo económico provocado pela austeridade, a agricultura florescia. A realidade não confirma esta ideia e o novo desenho dos apoios aos jovens agricultores torna tudo mais difícil.

Os dados demonstram que ao longo de 2014 no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, a população empregada diminuiu 14,1%, menos 64 mil pessoas em apenas um ano. O mais recente Inquérito ao Emprego do INE, relativo ao 4º trimestre de 2014, indica o agravamento desta situação de perda de emprego no setor.

Nos últimos cinco anos encerraram 40.800 explorações agrícolas, o número de produtores singulares diminuiu 15% e a área de terras aráveis decresceu 6,2%, segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 do INE. Há quem interprete estes números como sintoma de uma mudança positiva na agricultura, cruzando-os com o aumento da área média (SAU), da dimensão económica e da especialização das explorações.

Fica evidente que para além de duas possíveis interpretações dos dados, há duas realidades diversas na agricultura que tendem a espelhar as diferenças regionais onde se desenvolvem e as desigualdades de capacidade de investimento. De um lado explorações mais intensivas em capital, profissionalizadas, que concentram grande parte da SAU e que obtêm resultados económicos acima da média. Do outro lado, um extenso mosaico de pequenas e muito pequenas explorações, com grande dificuldade de acesso a capital para o investimento decisivo na modernização, rejuvenescimento, organização e, consequentemente, melhoria dos resultados económicos.

Considerar que a este conjunto de pequenas e muito pequenas explorações, atualmente envelhecido, pouco qualificado e com baixos rendimentos, nada mais lhe resta do que desaparecer, é redutor e constitui um erro grave. A importância social, territorial e económica desta pequena agricultura é demasiadamente

elevada para poder ser desvalorizada. Ao invés, é essencial potenciar fatores de mudança e o desenho de programas de apoio bem orientados para a instalação de jovens agricultores pode ter papel decisivo nessa mudança. Torna-se questionável, no mínimo, se é essa a orientação que está a ser seguida.

O PAPEL DOS JOVENS AGRICULTORES NA MUDANÇA

Parecendo contrariar a tendência inelutável de envelhecimento e abandono da pequena agricultura e dos territórios rurais, verificou-se nos últimos anos uma certa reaproximação à agricultura de ativos com idade média muito inferior à média etária dos produtores agrícolas, motivada pelos prémios à primeira instalação e pelos apoios ao investimento do PRODER.

Num estudo recentemente realizado na região de Lafões (distrito de Viseu) sobre a instalação de jovens agricultores¹, percebeu-se o peso significativo que tem a instalação de jovens agricultores em explorações pré-existentes que pertenceram a familiares.

O prémio à primeira instalação funciona frequentemente como financiamento à modernização dessas explorações, sobretudo num contexto de descapitalização e de grande dificuldade de acesso ao crédito. Por outro lado, a transmissão ou cedência da terra por comodato, constitui uma antecipação da passagem da exploração para familiares mais jovens, assegurando a sua continuidade de forma rejuvenescida, modernizada e mais qualificada.

É uma nova realidade, mesmo em regiões onde a alteração das relações entre as pequenas economias rurais e os sistemas urbanos ainda encontra dificuldades, o que acaba por limitar a renovação geracional na agricultura. A crise pode estar a desenvolver um efeito catalisador deste fenómeno que, longe de ser uma espécie de novo repovoamento dos territórios rurais, confere um efeito económico e social positivo a esses espaços.

Esta pode ser uma das chaves para a transformação e modernização de um tecido produtivo importante, mas em vias de obsolescência. Os programas de apoio aos jovens agricultores precisam de assumir esta perspetiva, relevante em termos da produção agrícola, mas também da ocupação dos espaços rurais de baixa densidade.

O NOVO PDR E OS JOVENS AGRICULTORES

O nível e a forma dos apoios à instalação de jovens agricultores prevista no atual Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR), aplicado através da Portaria nº 31/2015 de 12 de Fevereiro, configuram um retrocesso nas políticas de apoio aos jovens agricultores. O valor do prémio de instalação é fixado em 15 mil euros por jovem agricultor, sujeito a majorações em função do nível do investimento na respetiva exploração, podendo atingir o valor máximo de aproximadamente 31 mil euros para projetos cujo investimento seja superior a 140 mil euros. Este valor já inclui a majoração de 5 mil euros destinada aos beneficiários membros de agrupamento ou organização de produtores.

Na fase inicial do PRODER, o prémio era de 40 mil euros, independentemente do valor do investimento na exploração (Portaria 357-A/2008 de 9 de Maio). Mais tarde, ainda no âmbito do PRODER, o valor do prémio passou a estar indexado de forma proporcional ao montante do investimento a realizar na exploração agrícola.

Sendo razoável que o prémio seja atribuído apenas a quem realize investimento, a sua indexação ao valor do investimento constitui já uma penalização para as explorações de menor dimensão, precisamente onde os apoios se tornam mais decisivos para que a mudança seja possível. A proporcionalidade dos apoios relativamente ao montante do investimento deve ser feita pelo subsídio às despesas elegíveis e não à custa do prémio à primeira instalação.

O prémio destinava-se a fazer face à subsistência dos agricultores e da sua família, no caso de existir, enquanto não era atingido o rendimento cruzeiro da exploração. Foi o período em que para aceder aos apoios à primeira instalação era necessário exercer a atividade a tempo inteiro.

Este quadro alterou-se substancialmente. A complementaridade é a nova realidade dominante² nos jovens agricultores, o que passou a ser uma vantagem porque o prémio deixa de ser essencial para a subsistência do agregado familiar e passa a ser uma componente importante do investimento inicial. Desta forma mais jovens podem aspirar a ter uma atividade agrícola, que de outra forma não conseguiriam por falta de recursos financeiros,

aumentando o contingente disponível a contribuir para que se opere uma mudança na pequena agricultura e nos territórios rurais.

Para uma grande parte de jovens nestas condições, em que a falta de capital inicial e a impossibilidade prática de acesso ao crédito constituem verdadeiros óbices à sua instalação como agricultores (aquisição de infraestruturas, equipamentos, plantas ou animais, modernização da exploração), o prémio torna-se essencial para suprir essas dificuldades.

Baixar o nível do prémio e indexá-lo ao montante do investimento, acaba por penalizar potenciais jovens agricultores das regiões desfavorecidas do Norte e Centro do país, mas também com impacto negativo em muitos jovens agricultores do Sul. Logo, reduzir o prémio é limitar drasticamente as possibilidades de instalação de muitos jovens e, necessariamente, restringir um dos fatores mais importantes da mudança na pequena agricultura – a renovação geracional.

Outro aspeto limitante do PDR, que também já vem do anterior PRODER mas que havia a expectativa de ser agora corrigido, é a inelegibilidade dos investimentos na aquisição de animais reprodutores. Este facto é muito penalizador para quem se quer instalar com uma exploração de ovinos, caprinos ou bovinos, afetando principalmente, mais uma vez, as regiões mais desfavorecidas onde a opção pelo pastoreio extensivo conduz a um prolongamento do período de retorno dos investimentos realizados.

Concluindo, o novo desenho dos apoios à instalação de jovens agricultores dificulta uma maior abertura da agricultura a novos produtores, jovens e qualificados, capazes de criar uma nova expectativa para a pequena agricultura nacional. Estas limitações agravaram-se, naturalmente, com as conhecidas restrições no acesso ao crédito e com as muito débeis performances económicas do país nos últimos anos. A elevada perda de ativos e de explorações na agricultura precisa de ser enfrentada com a criação de condições para a entrada de novos produtores, em quantidade e qualidade. O critério de seleção não pode ser o da capacidade financeira própria, mas o da capacidade de compromisso com o projeto, a agricultura e o território.



¹ Soares, P. (2013), Jovens agricultores: transição rural ou regresso à terra? ANIMAR | ISA | INIAV | Rota do Guadiana. Lisboa.

² No já referido estudo sobre os jovens agricultores em Lafões, a atividade na exploração a tempo parcial predominava. Apenas 22,2% estavam a tempo inteiro.



Firmino Cordeiro | Director-Geral da AJAP

NOVOS INCENTIVOS À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES: ESPERÁVAMOS MELHOR!

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural – PDR2020, foi definido o conjunto de novas medidas de apoio à instalação de Jovens Agricultores e desenvolvida uma proposta de Portaria sobre a aplicação dessas medidas.

A AJAP lutou, ao longo da sua história, para que os Jovens tivessem o melhor programa possível para a instalação dos seus projectos. Fizemo-lo sempre de forma consciente, tendo presente o equilíbrio entre direitos e obrigações e, acima de tudo, com a convicção das grandes responsabilidades que recaem sobre os Jovens após a aprovação dos seus projectos.

Apesar da existência de alguns pontos de discórdia, identificávamo-nos bastante com as linhas gerais do documento PDR2020 que Portugal apresentou à Comissão. No entanto, a última proposta de portaria sobre Jovens Agricultores do novo PDR2020, e posteriormente a Portaria 35/2015 publicada no passado dia 12 de Fevereiro, em pouco ou nada reflecte as nossas aspirações do que poderiam ser as novas medidas para a instalação de Jovens Agricultores.

Elencamos, de seguida, algumas das questões que consideramos alarmantes na Portaria 35/2015, agora publicada:

Prémio à instalação

Prémio máximo de 26.250€, apenas atingido a partir de investimentos superiores a 140.000€, podendo ser acrescido de 5.000€ se o Jovem estiver associado a um Agrupamento ou Organização de Produtores (AP/OP). Além de ser um valor mais baixo, comparativamente aos valores do ProDeR, e em praticamente nada se associar ao investimento, o valor final a obter é algo complexo, tornando mais laboriosas as formas de cálculo caso hajam penalizações por incumprimento do plano. Na prática vai criar situações delicadas de acertos do valor do prémio.

O pagamento do prémio será em 2 tranches, a primeira após a aceitação da concessão do apoio e a segunda após verificação do cumprimento do plano empresarial. O pagamento deveria ser feito de uma só vez, quando o jovem agricultor tem a necessidade absoluta de capital para realizar os

investimentos iniciais. A manter-se a proposta trata-se de um retrocesso e de um aumento de burocracia.

Majoração Agrupamento ou Organização de Produtores (AP/OP)

Na nossa opinião, a majoração de 5.000€ para membros de um AP/OP faz pouco sentido, atendendo a que não existem organizações de produtores que abranjam a totalidade do País e para todos os produtos. Em produtos como o leite, vinho, azeite, fileiras que possuem um elevado nível de organização, não se justifica a criação de mais uma organização intermédia. Parece-nos mais acertado o Estado intervir junto das Cooperativas já existentes, analisar qual o seu real papel e apoiá-las através do novo programa. Os agricultores precisam de um mundo cooperativo devidamente organizado, de cooperativas agrícolas fortes, capazes de realizar as suas principais tarefas, fornecer factores de produção aos seus associados e terem capacidade de poder adquirir as suas produções a preços justos. Parece-nos que ao invés de se apostar na majoração OP deveria ter-se em linha de conta o Acompanhamento e a Assistência Técnica, e depois sim, a questão dos agrupamentos e organizações de produtores.

Ainda neste ponto, o prazo de 12 meses, após a aceitação do projecto, para a adesão a uma Organização de Produtores deveria ser alargado, caso não existam estas organizações na zona de instalação do Jovem. Neste caso, seria mais adequado e justo que este prazo pudesse ser estendido até ao fim do período mínimo da manutenção da actividade agrícola na exploração (5 anos). Deste modo, um Jovem Agricultor que se instale numa região onde não existam OP, poderá, juntamente com outros Jovens Agricultores formar um Agrupamento, não ficando excluído da majoração e contribuindo para o desenvolvimento rural dessa região.

Aconselhamento Agrícola

Apesar do empenho manifestado por parte do Ministério quanto à proposta da AJAP para um modelo mais eficaz de acompanhamento aos Jovens Agricultores, o actual PDR2020



nada apresenta sobre esta proposta. O Jovem Agricultor obrigatoriamente opta por obter uma formação complementar na área de investimento que se propõe realizar ou a recorrer aos serviços de aconselhamento agrícola, no prazo máximo de 3 anos (depois da aceitação da concessão do apoio).

Pensamos que o acompanhamento ao Jovem Agricultor ao longo de todo o período de vigência do projecto (mínimo de 5 anos) reveste-se de extrema importância para o sucesso do mesmo.

Projectos de Jovem Agricultor apresentados entre 19 de fevereiro e 30 de Junho de 2014 (que ainda não foram objecto de decisão)

Tanto a análise como a decisão serão definidas com base nos critérios do PDR2020. A Portaria 35/2015 traduz uma falácia, relativamente ao prometido aos Jovens que apresentaram as candidaturas no período de transição, pois os mais altos representantes do Ministério sempre afirmaram que seriam financiados pelo PDR2020 mas que as regras se

mantinham as do ProDeR, o que levou muitos promotores a avançar com os investimentos. Estes projectos deveriam ser analisados nas condições do ProDeR, conforme consta nas condições de submissão dos referidos projectos.

Por fim, lamentamos a inexistência da responsabilização por erros crassos, informações indevidas, maus aconselhamentos que muitos projectistas vão dando aos candidatos a Jovens Agricultores e da credenciação dos técnicos e a inscrição obrigatória num organismo do Ministério da Agricultura.

Importa concluir que podemos sonhar com o País ideal, homogéneo e sem assimetrias regionais, mas para nos aproximarmos desse patamar quase irreal, a cada Programa devem ser dados passos seguros nesse sentido. É nessa perspectiva que a AJAP apela para que não se desprezem aqueles que apenas continuam a ser utilizados para as estatísticas, ignorando o Governo as suas reais necessidades. Falamos de muitos milhares de pequenos e médios agricultores, muitos Jovens Agricultores e muitos outros que poderiam investir no espaço rural.

AJAP PROMOVE PROJECTOS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS SEUS ASSOCIADOS

Com vista à promoção da competitividade das empresas suas associadas, em particular da sua capacitação para a exportação e internacionalização, a AJAP apresentou uma candidatura no âmbito do aviso no 01/SI/2014 do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME - Projectos Conjuntos de Internacionalização, contando para a apresentação da mesma com a participação dos seus associados.

O concurso para apresentação de candidaturas de projectos conjuntos com vista à Internacionalização, tem como principal prioridade o desenvolvimento e reforço das capacidades internas das PME no domínio da internacionalização.

Por um lado, a AJAP quer possibilitar que mais Jovens Empresários Rurais explorem processos de internacionalização, por outro, a AJAP quer contribuir para que aqueles que o decidam fazer possam ter maior probabilidade de sucesso. Por isso, a AJAP tem desenvolvido serviços específicos de apoio no âmbito da internacionalização dos Jovens Empresários Rurais. A AJAP conta com parcerias fortes para implementar estes serviços de apoio, tanto no que diz respeito a entidades públicas como a empresas privadas.

As actividades previstas consistem na realização de feiras e exposições, acções de prospecção de clientes e de promoção em diversos mercados externos, bem como campanhas de marketing e publicidade em meios especializados desses mercados e serviços especializados de apoio ao desenvolvimento das diferentes iniciativas, com o objectivo de abordar os mercados nos quais a AJAP já desenvolveu algumas acções no passado, ou possui estruturas parceiras que permitam assegurar o sucesso da execução do programa de internacionalização, prevendo-se a realização de diversas acções no decorrer dos anos 2015 e 2016.

A AJAP pretende desta forma contribuir para potenciar e consolidar a capacidade exportadora e visibilidade internacional dos seus associados, através da promoção das características distintivas dos seus produtos, com especial

relevância para o vinho, azeite e mel de diferentes regiões portuguesas.

O incentivo a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa de 50%, sob a forma de incentivo não reembolsável, tendo como limite €100.000 (cem mil euros) de apoio por empresa participante.

Os mercados a abordar nas acções propostas estão definidos e incluem: Moçambique (Maputo), China (Guangdong) e Brasil (Rio de Janeiro e Recife).

MOÇAMBIQUE

Incluído no chamado "mercado da saudade", é um país com elevado potencial. A tradição exportadora para os designados "mercados da saudade", consequência do movimento emigratório registado nos anos cinquenta do século passado, manteve-se inalterável e permitiu consolidar, ao longo de décadas, níveis de exportação interessantes, por força da excelente qualidade dos produtos alimentares portugueses.

CHINA

Considerado um dos principais mercados emergentes para os produtos alimentares portugueses.

BRASIL

País para onde Portugal já exporta cerca de 5,5% do total das exportações de produtos agroalimentares e pesca. Actualmente as cinco maiores redes de supermercados detêm aproximadamente 60% das vendas de alimentos no país, sendo que a tendência será para que este valor desça, ou seja, existe um potencial enorme de possíveis importadores que se encaixam perfeitamente no perfil das PME's associadas da AJAP, ou seja, cadeias de supermercados que valorizam os produtos portugueses e que encomendam quantidades ajustadas à oferta dos nossos associados.

PARTICIPE NA CANDIDATURA DE PROJETOS CONJUNTOS COM VISTA À INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

Os interessados em fazer parte da candidatura de projectos conjuntos com vista à Internacionalização de PME com a AJAP deverão manifestar a intenção de participação na página da internet da AJAP www.ajap.pt, preenchendo o quadro com a indicação das acções em que gostariam de participar.

CERTAME INTERNACIONAL	DATA
FISPAL Food Nordeste – Recife	Novembro 2015
Super Rio EXPOFOOD – Rio de Janeiro	Março 2016
FISPAL Food Nordeste – Recife	Novembro 2016

ACÇÕES DE PROSPECÇÃO DE CLIENTES E DE PROMOÇÃO DOS PRODUTOS	DATA
Rio de Janeiro – Brasil	Junho 2015
Maputo - Moçambique	Agosto 2015
Guangdong – China	Setembro 2015
Maputo - Moçambique	Agosto 2016
Guangdong – China	Outubro 2016

Todo este trabalho tem que ser complementado com uma forte aposta nas características que diferenciam a produção nacional em geral e dos associados da AJAP em particular, e na promoção e divulgação das empresas e dos produtos a nível nacional e internacional. O papel da AJAP enquanto entidade de cúpula que representa os jovens empresários agrícolas e rurais será por isso cada vez mais importante para o sucesso e consolidação destas empresas no mercado nacional e internacional.

Os produtos dos associados da AJAP têm um potencial reconhecido mas também características muito próprias. São maioritariamente produzidos em regiões diferenciadas do nosso país (muitos deles em regiões do interior profundo) e são por isso pouco conhecidos e pouco divulgados. Mas são de uma qualidade e de uma diferenciação

que é desde logo perceptível por potenciais importadores e distribuidores.

A AJAP acredita que a presente candidatura é mais um passo na estratégia que vem sendo desenvolvida juntamente com os seus associados e essa estratégia passa agora pela prospecção e captação de importadores/distribuidores com um perfil específico em mercados cuidadosamente seleccionados, para azeite, vinho e mel produzidos e comercializados pelos seus associados.

Para obterem mais informação sobre a candidatura conjunta que a AJAP apresentou, aconselhamos a leitura cuidada do aviso para apresentação de candidaturas (Projectos Conjuntos de Internacionalização - Aviso Nº 01/SI/2014).





Paulo Ramalho | Vereador do Desenvolvimento Económico e das Relações Internacionais da Câmara Municipal da Maia e Jurista da AJAP

MACAU MAIS UMA VEZ A HISTÓRIA ESTÁ A NOSSO FAVOR...

Passaram-se quase quinze anos sobre a reintegração de Macau na soberania da grande China, após um longo período de mais de quatrocentos anos sob o domínio português. E muito mudou entretanto, neste pequeno território de 28,6 km² e com uma população residente de cerca de 550.000 habitantes. Mas muitas outras coisas se mantêm.

Macau é hoje uma das regiões administrativas especiais da República Popular da China, parte integrante do país mais populoso do mundo (com quase um quinto da população total da Terra), mas, por força daquele seu estatuto, com um elevado grau de autonomia, com limitações importantes apenas em matérias de defesa e relações externas. Macau goza, assim, do direito de manter as suas especificidades, designadamente no que concerne ao seu sistema económico-financeiro, social, fiscal, controlo da imigração e fronteiras, à sua moeda, aos direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos, bem como aos seus costumes e tradições culturais.

Por outro lado, apesar de apenas uma pequena percentagem da sua população dominar a língua de Camões, e de a comunidade lusa residente não ultrapassar os 2%, a presença portuguesa de mais de quatro séculos neste cantinho da China está ainda bem presente. As suas ruas, praças, jardins e edifícios públicos mantêm ainda a sua original denominação e identificação em português. Muitos dos edifícios típicos da arquitectura portuguesa mantêm-se ainda em excelente estado de conservação. E até pastéis de nata iguaizinhos aos de Belém podemos ali encontrar com facilidade... Não esquecendo que a pequena comunidade lusófona aí residente “continua a ser um actor central na vida política, económica e social da Região e a granjear respeito e admiração”, como recordou há cerca de um ano atrás Durão Barroso, numa visita que então efetuou a Macau, na qualidade de presidente da Comissão Europeia.

Mas, volvidos quase quinze anos, Macau é também um território diferente, com muito mais gente na rua, com novas e modernas infra-estruturas, novos e grandiosos hotéis, centros comerciais, e com muito, muito mais dinheiro. Com efeito, com o fim da concessão do monopólio que beneficiava

o grupo empresarial de Stanley Ho, no sector do jogo, verificado em 31 de Dezembro de 2001, instalaram-se neste território um grande número de novos casinos, que atraem anualmente cerca de trinta milhões de turistas, de tal forma que hoje Macau é conhecido por “Las Vegas do Oriente”.

Segundo o Jornal “Tribuna de Macau”, de 30 de Outubro de 2010, as receitas brutas provenientes do jogo terão atingido, apenas nesse concreto mês de Outubro, os 19 mil milhões de patacas. Valor bem superior à receita de todo o ano de 1999 (último ano em que Macau esteve sob a administração portuguesa), e que se terá cifrado em cerca de 13 mil milhões de patacas!...

Mas há uma realidade que se mantém e assim continuará: a sua situação geográfica. Macau situa-se na costa meridional da República Popular da China, a oeste da foz do Rio das Pérolas, faz fronteira com a Zona Económica Especial de Zhuhai, e está a poucos km de outras importantes cidades chinesas, como Shenzhen, Jiangman e Cantão. E, ainda, a cerca de 60 km de Hong-Kong, uma das mais importantes praças financeiras do mundo.

O que tudo faz com que Macau seja hoje uma plataforma, uma porta de entrada privilegiada, como aliás já foi no século XVI para os comerciantes portugueses, para o grande mercado da China continental, hoje com os seus 1,36 mil milhões de potenciais consumidores.

Não é por acaso que na Feira Internacional de Macau, que decorreu entre 23 e 26 do passado mês de Outubro, estiveram representadas mais de mil empresas e organizações de cinquenta países. Entre elas, cerca de setenta portuguesas...

E aqui a história joga claramente a favor de Portugal. Os quatrocentos anos de permanência em Macau construíram relações, afinidades, cumplicidades e pontes que nenhum outro país tem capacidade de aceder ou beneficiar de igual forma. O que tudo pode permitir a construção de parcerias estratégicas capazes de promover e facilitar de forma mais eficaz as relações económicas entre agentes económicos nacionais e chineses.



Daí que o próprio Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau-IPIM, organismo sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, tenha já definido, como um dos objectivos do Centro de Exposições de Produtos de Macau (Macao Ideas), o agenciamento de produtos dos países de língua portuguesa. E os próximos projetos anunciados recentemente pelo presidente do IPIM, Jackson Chang, dirigem-se precisamente no sentido de fortalecer a cooperação económica entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa, através da plataforma Macau, com a implementação de “três centros” neste território: “o Centro de Serviços Comerciais para as PME da China e dos Países de Língua Portuguesa, o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Sendo que, nos últimos quatro anos, as exportações portuguesas para a China mais do que duplicaram. Em 2000, a China era um mercado distante, não figurando sequer entre os vinte e cinco principais destinos das exportações nacionais.

Atualmente, a China é o nosso décimo “cliente”. Sendo que o potencial de crescimento, atenta a dimensão do mercado chinês e os novos hábitos de consumo que hoje manifesta, é enorme, designadamente para produtos de qualidade. A título de exemplo, a China é já hoje o quinto maior mercado, fora da Europa, para os vinhos portugueses.

A própria IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que decorreu em 2013, em Macau, definiu como objetivo, até 2016, “alcançar os 160 mil milhões de dólares americanos em volume de trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Ora, uma economia pequena, como é claramente a portuguesa, não pode, nos dias de hoje, sobreviver sem uma aposta forte e estratégica na internacionalização. E, neste processo, não pode desaproveitar as oportunidades, nem deixar de assumir as responsabilidades, que os legados da história lhe vão oferecendo, onde se incluem, claramente, as relações privilegiadas de mais de quatro séculos com Macau, China e os Países Lusófonos...

Alcino dos Santos Sanfins e Celso Marques Magalhães | ADIACT

A ADIACT HOJE...

A ADIACT- Associação de Desenvolvimento dos Agricultores do Alto Corgo e Tâmega é uma Associação sem fins lucrativos, constituída por um grupo de associados da Caixa de Crédito Agrícola no dia trinta e um de Dezembro de dois mil e três, no Cartório Notarial de Vila Real.

Pretendeu aquele grupo de associados fundadores da ADIACT ter uma aproximação com os agricultores, sem exceção, ajudando-os a enfrentar os novos desafios da agricultura, contribuindo assim para a sua modernização, com o melhor aproveitamento dos fundos comunitários do programa AGRIS. Previam no fundo aquilo a que hoje assistimos, uma agri-

cultura inerte, destruída, completamente subsidiada e mesmo assim abandonada porque o investimento feito no setor agrícola não foi capaz de fixar os jovens e daí, o êxodo para os centros urbanos e sobretudo para o litoral do país; a emigração e o envelhecimento da população fizeram o resto, levaram à desertificação das regiões do interior, a que a nossa não é alheia. O abandono da terra arável, agrícola e florestal, é degradante e a todos preocupa. Naturalmente que ADIACT tudo tem feito e tudo fará para contrariar esta tendência promovendo sessões de esclarecimento com agricultores, abrindo-lhes os horizontes na aplicação dos investimentos na modernização das suas estruturas produtivas.

Missão:

Elevar o nível de vida, "cultural, recreativo, técnico e económico", dos nossos clientes em particular, e da população da nossa área de atuação em geral, em qualquer setor da vida económica.

Visão:

Que todos os nossos clientes possam viver condignamente do rendimento das suas explorações e das suas iniciativas empresariais, possibilitando-lhes a fixação do agregado familiar na região. Que a ADIACT possa ser reconhecida como um parceiro estratégico na disponibilização de serviços, organização de projetos e animação de dinâmicas que contribuam para a gestão profissional e sustentada das explorações e demais iniciativas empresariais, no respeito pelos valores sociais, culturais e ambientais.

Vocação:

- Conceção, acompanhamento e supervisão de Projetos de Investimento aos fundos comunitários;
- Encaminhamento para soluções de financiamento mais adequadas ao projeto de investimento e perfil do agricultor;
- Apoio técnico e administrativo à gestão de documentação e à elaboração de subsídios e outros apoios à produção, comercialização e proteção do ambiente;
- Apoio técnico às atividades desenvolvidas nas explorações agrícolas;
- Estudos de caracterização e de levantamento de necessidades e de oportunidades;

- Formação Profissional;
- Divulgação de informação.

Valores:

- Abordagem integrada e multissetorial do desenvolvimento local. Atuação articulada em todas as dimensões junto dos clientes (técnica, económica, cultural, recreativa) e nos vários setores de atividade (agrícola, comercial, industrial, do turismo e serviços);
- A realização de projetos e ações sob os signos da parceria, da interdisciplinaridade e da subsidiariedade, enquanto modelo de intervenção que mais contribui para o desenvolvimento local/regional;
- Satisfação das necessidades/expectativas dos clientes, pela prestação de serviços de qualidade, pela proximidade e rapidez de resposta;
- Implementação de uma cultura de abertura ao exterior, à discussão de novas ideias, intercâmbio de competências e recursos.
- Partilha de experiências, metodologias, boas práticas e resultados com outras organizações similares;
- Preservação e atuação em defesa dos direitos e valores dos clientes, em particular e do mundo rural, em geral;
- Defesa e preservação do património cultural e ambiental;
- Investimento continuado na qualificação dos nossos colaboradores e na melhoria das suas condições de trabalho.

A nossa atuação no terreno efetua-se nas áreas do Corgo e Alto Tâmega e concelhos limítrofes, com delegações nos concelhos de Boticas, Chaves, Mesão Frio, Montalegre, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

- Através da nossa entidade protocolada pelo IFAP, a AJAP, estamos credenciados no SNIRA com Postos de Atendimento-PA e Postos de Informatização-PI em Chaves e Vila Real, colaborando com os respetivos municípios na realização das feiras do gado (Chaves, Nossa Senhora da Pena e Lordelo).
- Possuímos salas de atendimento do parcelário para atividades que se prendem com a atualização do parcelário por iniciativa do agricultor ou para revisão regular por iniciativa do IFAP.

- Idealizamos projetos formativos que respondam às necessidades do público prioritário, no caso, os nossos clientes e agricultores, mas dirigimos, igualmente, a formação para outros ativos, quer empregados, quer desempregados.
- Prestamos serviços de apoio ao artesanato, gastronomia, doçaria e turismo regionais.
- Fazemos estudos de enquadramento de necessidades regionais nos diversos setores.

A nossa zona de intervenção configura dinâmicas económicas e sociais onde a tradição, a qualidade dos produtos e a riqueza ambiental, centrada na biodiversidade, representam uma clara harmonia entre o trabalho humano e territórios com aptidões

agrícolas excepcionais, atividades de turismo e lazer de rara oportunidade e onde a sustentabilidade dos negócios agroindustriais e o turismo passam pela inovação, formação da mão-de-obra, respeito pelo ambiente, diversificação dos serviços prestados e criação de canais de distribuição eficientes.

Para a definição da nossa estratégia torna-se de vital importância, o levantamento dos Pontos Fortes/Pontos Fracos e Oportunidades/Ameaças que caracterizam o nosso contexto de atuação permitindo, desta forma, uma análise circunstanciada da nossa situação interna, assim como dos fatores externos condicionantes.

A Região assume uma marca e uma unidade territorial onde o peso da interioridade reflete uma realidade socioeconómica difusa, marcada por um lado, pelas oportunidades derivadas da existência de recursos endógenos únicos e excepcionais e, por outro, pela razão populacional que coloca em risco toda a estrutura e coesão social. Como cenário estrutural, registe-se na sua matriz identitária a realidade subjacente ao modo de vida agrário e rural.

Sendo uma atividade com grande impacto na capacitação dos nossos clientes e da população em geral, a formação profissional é um eixo de atuação prioritária da ADIACT, enquanto instrumento estratégico para o alcance da sua Missão, congregando uma forte intervenção no tecido económico e social da região.

Somos uma entidade certificada pela DGERT assim, desenvolvemos ações de formação para públicos diferenciados, reforçando o nosso posicionamento estratégico na procura de uma matriz onde o desenvolvimento rural e regional se perspetive numa ótica de desenvolvimento sustentável.

Esta vertente operacional assenta num diagnóstico de necessidades de formação, elaborado anualmente, a que tem correspondido à apresentação de um projeto de formação anual, devidamente enquadrado na vocação, estratégia e recursos disponíveis.

Neste contexto oferecemos Formação Modular Certificada (FMC) com um propósito bem definido e que consiste em qualificar e profissionalizar a nossa população alvo.

Relativamente à formação não financiada, numa perspetiva de sustentabilidade da Associação, pretendemos realizar formações com grande procura. Por outro lado, incrementando a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços a prestar, pretendemos desenvolver, igualmente, formação interna para os nossos colaboradores.

Tomando em linha de conta o nosso alinhamento e vocação técnica e na sequência da análise de oportunidades de desenvolvimento de serviços, a nossa aposta focaliza-se em 3 áreas de educação e formação - cf. CNAEF - Portaria nº 256/2005 de 16 de Março: 541 - Indústrias alimentares; 621 - Produção agrícola e animal e 812 - Turismo e lazer.

No âmbito do protocolo de colaboração com a nossa entidade protocolada pelo IFAP, a AJAP (Associação de Jovens Agricultores de Portugal), promovemos também acções de formação dirigidas,

modelo formação-acção, contribuindo assim para o combate à ileiteracia, com resultados animadores na obtenção da escolaridade obrigatória.

Estas áreas estão orientadas para adultos, em idade ativa, com qualificações entre o N1 e o N4, nas modalidades de formação financiada e não financiada. O público-alvo deste plano de formação está claramente identificado e caracterizado, os agricultores e a população em geral, empregados e desempregados.

A partir do levantamento de necessidades de formação efetuado - documento que sustenta a pertinência desta estratégia e fundamenta as áreas chave de intervenção, definimos seis objetivos estratégicos para a atuação da ADIACT no ano de 2015:

- Aumentar o grau de competitividade das explorações agrícolas mediante a modernização dos sistemas culturais, inovação e empreendedorismo.
- Aumentar o cumprimento de normativos comunitários em matéria de “Ambiente”, “Saúde Pública”, “Saúde e Bem-Estar Animal” e “Boas Condições Agrícolas e Ambientais”
- Aumentar as competências dos agricultores, mão-de-obra agrícola-familiar e eventual e colaboradores de cooperativas, empresas e outras unidades agroalimentares, para a modernização, inovação das explorações agrícolas e cumprimento de normativos ambientais, de saúde, higiene e segurança alimentar.
- Apostar na capacitação de profissionais que potenciem a produção de produtos regionais, com especial enfoque na gastronomia.
- Apostar na qualificação de agentes impulsionadores da área “Turismo Lazer”, complementar e alinhada com o setor agrário.
- Apostar na qualificação e melhoria contínua da atividade do Departamento de Formação.

A ADIACT é uma prestadora dos mais variados serviços aos agricultores, mantendo um corpo técnico que os apoia na resolução dos seus problemas e lhes aponta os melhores caminhos para a utilização dos fundos comunitários, numa perspetiva de valorização do seu património e obtenção da melhor rentabilidade para o seu tecido produtivo e compensação do seu trabalho.

Em parceria com a AJAP fazemos aconselhamento agrícola e projetos de investimento aos fundos comunitários e apostamos na formação profissional como instrumento de qualificação e capacitação dos agricultores e população em geral para a inovação e modernização das explorações agrícolas e cumprimento de normativos ambientais, de saúde, higiene e segurança alimentar. Somos parceiros dos agricultores, trilhamos caminhos comuns para satisfação das suas necessidades.

Pelo empenhamento da ADIACT e pelos serviços de qualidade que presta aos agricultores, recolhe deles e da população em geral a atenção, a consideração e a admiração, no contexto de uma mais-valia para a região e para os concelhos do Corgo e Alto Tâmega.

É tudo o que somos e sabemos fazer.



ENTOMATIC – SISTEMA DE COMBATE À PRAGA DA MOSCA-DA-AZEITONA

A AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal integra um grupo de trabalho internacional que tem como objectivo o desenvolvimento de uma ferramenta, designada ENTOMATIC, para combater a praga da mosca-da-azeitona - (*Bactrocera oleae*).

Com este projecto pretende-se desenvolver, ao longo dos próximos três anos, um sistema que auxilie as Associações e as Pequenas e Médias Empresas (PME) ligadas ao sector da olivicultura, principalmente na União Europeia, a enfrentar a praga da mosca-da-azeitona, que todos os anos causa inúmeros danos nas colheitas. A mosca-da-azeitona é responsável por perdas económicas anuais estimadas em aproximadamente 600 €/ha.

ENTOMATIC pretende ser um novo sistema de monitorização no terreno, completamente autónomo. Este sistema irá consistir numa armadilha totalmente independente com reconhecimento automático do insecto através da bioacústica, ou seja a partir do som, e estará integrado numa rede de sensores *wireless*, devidamente suportado por um sistema de apoio à decisão espacial.

Esta nova tecnologia visa quantificar, com um elevado grau de precisão, as populações da praga em questão. Por outro lado, o sistema ENTOMATIC também oferece benefícios adicionais em termos de sustentabilidade, uma vez que irá reduzir o consumo de energia e racionalizar o uso de agrotóxicos no controlo da praga da mosca-da-azeitona. O objectivo que o ENTOMATIC se propõe cumprir é aguardado há muito tempo por todo o sector olivícola.

O potencial oferecido pelo sistema ENTOMATIC será uma mais valia para as Pequenas e Médias Empresas, Associações e Grupos interessados no combate desta praga. Os benefícios esperados consistem na redução dos danos causados na produção de produtos derivados da azeitona, ao mesmo tempo que se promove a utilização sustentável dos pesticidas. Através deste moderno sistema os produtores de azeitona serão capazes de controlar e rastrear a praga e saber geografi-

camente onde esta se encontra. O projecto visa ainda uma componente de aconselhamento aos olivicultores sobre a correcta aplicação dos melhores pesticidas em cada situação em particular. Este projecto significa uma oportunidade de negócio sem precedentes na indústria alimentar europeia, pois é um sistema moderno e eficaz, com uma óptima relação custo-benefício.

A parceria responsável pelo desenvolvimento do ENTOMATIC é composta por doze membros, entre os quais a AJAP, além de outras Associações, PME, empresas da indústria de pesticidas, assim como grupos de pesquisa da Bélgica, Grécia e Espanha.

A parceria responsável pelo ENTOMATIC irá explorar conjuntamente os resultados gerados no projecto, ficando à responsabilidade das PME's a produção e distribuição do sistema. Os associados e a rede de clientes de todos os parceiros serão as vias comerciais iniciais da ferramenta ENTOMATIC.





FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Jovens Agricultores



Cursos: M1 – Formação Básica de Agricultura
M2 – Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação
M3 – Formação de Gestão da Empresa Agrícola
M4 – Componente Prática em contexto Empresarial

Destinatários: Jovens Agricultores que submeteram pedidos de apoio no âmbito da 1ª instalação

PARTICIPAÇÃO GRATUITA

A formação não tem custos para o formando e será organizada em função das pretensões da maioria dos formandos, portanto, pode ser nos horários e locais mais convenientes, condicionado a um mínimo de inscrições. Deverá indicar nas observações a actividade com maior peso económico no projecto.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Faça a sua inscrição on-line em <http://ajap.no-ip.org/Default.aspx>

Formação financiada pelo FSE e pelo Estado Português

II CONGRESSO PORTUGAL FRESH EM PARCERIA COM A AJAP

No seguimento da parceria estabelecida com a Fundação AIP, a AJAP participou no II Congresso da Portugal Fresh, sob o lema “Vender Mais. Vender Melhor”.

O Congresso realizou-se nos dois primeiros dias da Feira Portugal Agro, na FIL, concedendo especial destaque aos quatro P's do marketing: Produto, Preço, Posicionamento e Promoção.

Paralelamente decorreu a Feira Portugal Agro, onde a AJAP esteve igualmente representada onde se registou uma grande afluência do público. Segundo a Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, o certame foi uma mostra “da diversidade, riqueza, dinamismo e pujança no sector agrícola e agro-alimentar”



AJAP ASSINA PROTOCOLO COM CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA

À margem do evento da Portugal Fresh, a AJAP assinou um Protocolo de Colaboração com a Caixa Central de Crédito Agrícola, numa cerimónia presidida pela Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, Dr.ª Assunção Cristas.

O Protocolo com o Crédito Agrícola pretende oferecer aos membros da AJAP o acesso a um conjunto de vantagens em produtos, serviços bancários e seguros disponibilizados pelo Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente Depósitos à Ordem, Cartões de Pagamento, Aplicações, Operações de Crédito, Financiamento de Curto Prazo, Crédito Especializado – Leasing, Linhas de Crédito Protocoladas, Crédito à Habitação, Seguros Vida e Fundos de Pensões entre outros.

A Caixa Central de Crédito Agrícola, instituição que nasceu no espaço rural e muito tem contribuído para o seu desenvolvimento económico e social, tem publicamente apoiado iniciativas que promovem o empreendedorismo jovem e o crescimento.

ASSOCIADO DA AJAP DISTINGUIDO NA 3ª EDIÇÃO DO PRÉMIO AGRICULTURA

No final do ano de 2014 foram anunciados os vencedores do Prémio Agricultura 2014, iniciativa do Correio da Manhã e do Jornal de Negócios em parceria com o BPI e com o Ministério da Agricultura e do Mar.

Foi com grande orgulho que a AJAP assistiu à distinção de Luís Sabbo, associado da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, com uma Menção Honrosa na categoria de Jovem Agricultor.

Este prémio tem como objectivo promover, incentivar e premiar casos de sucesso nos Sectores Agrícola, Agro-Industrial, Pecuário e Florestal em Portugal, tendo esta 3ª edição registado o número mais elevado de candidaturas desde a primeira iniciativa.



AJAP DESENVOLVE ROTEIRO DIGITAL

No âmbito do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN), a AJAP desenvolveu uma ferramenta – Roteiro Digital – que visa potenciar a atractividade do meio rural bem como contribuir para o sucesso dos investimentos agrícolas.

O Roteiro Digital perspectiva a divulgação de bons exemplos de projectos aprovados no âmbito do PRODER, com especial destaque para o empreendedorismo e inovação, bem como facilitar a partilha de informação e conhecimento.

A ferramenta consiste numa plataforma de comunicação interactiva que permite a pesquisa direccionada de projectos relevantes de Jovens Agricultores por actividade agrícola desenvolvida e respectiva região NUTS II.

A AJAP espera que o Roteiro Digital constitua uma importante fonte de inspiração para a concretização de projectos credíveis, sustentáveis e geradores de competitividade e inovação, promovendo assim a instalação de uma nova vaga de Jovens Agricultores no novo Programa de Desenvolvimento Rural – PDR2020.

roteirodigital.ajap.pt



SEMINÁRIO EM CUBA - NOVOS DESAFIOS | NOVAS OPORTUNIDADES – PDR2020

A em colaboração com a Câmara Municipal de Cuba, encontra-se a organizar um Seminário subordinado ao tema “Novos Desafios | Novas Oportunidades – PDR2020”, que será realizado dia 5 de Março no Centro Cultural de Cuba.

A escolha do tema central reflecte uma das principais preocupações da parceria AJAP/Câmara Municipal de Cuba, que consiste em proporcionar importantes espaços de discussão visando promover e dinamizar a actividade agrícola, bem como contribuir para o empreendedorismo e inovação do espaço rural.

3ª EDIÇÃO - ACADEMIA DO CENTRO DE FRUTOLOGIA COMPAL

Estão abertas as candidaturas para a 3ª Edição da Academia do Centro de Frutologia Compal em parceria com a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.

Entre as candidaturas submetidas, serão seleccionados 12 empreendedores para participar na Academia. Entre módulos teóricos e sessões práticas no terreno, este ano existem algumas novidades no programa da formação, que respondem às necessidades dos participantes, como a gestão agrícola, o associativismo, a tecnologia e a sustentabilidade.

Os três melhores projectos finais recebem uma bolsa de instalação de 20.000€.

A AJAP faz parte do júri da Academia, juntamente com a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas.

As candidaturas deverão ser submetidas até 10 de Março de 2015, em www.centrofrutologiacompal.pt



SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE



PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO